



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**335<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Assistência Social**

**Ata da ordem dos dias 6 e 7 de fevereiro de 2025**

**Brasília/DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 335<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

**Local Virtual:** Plataforma Zoom

**Data:** 06 e 07/02/2025

1 Nos dias seis e sete do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 335<sup>a</sup> Reunião  
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Coordenação do Conselheiro, Sr.  
3 Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e Representante da Secretaria Nacional de  
4 Assistência Social – SNAS e contou com a participação dos seguintes conselheiros: Sra. Aldenora  
5 Gomes González, Representante do Instituto Ecovida; Sra. Ana Lúcia Soares, Representante da  
6 Associação Brasileira das/ os Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Sra. Maria Aparecida Guerra  
7 Vicente, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); Sra. Emilene  
8 Oliveira Araújo, Representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Sr. Ismael Ultino Tavalone,  
9 Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores (MONPAD); Sra. Márcia  
10 de Carvalho Rocha, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigas/os  
11 das/os Excepcionais – FENAPAES; Sra. Margareth Alves Dallaruvera, Representante da  
12 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT); Sra. Maria  
13 Carolina Pereira Alves, Representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Sr. Raimundo  
14 Nonato Lopes de Sousa, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,  
15 Família e Combate à Fome; Sr. Ricardo de Santana Marques, Representante do Colegiado Nacional  
16 de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS); Sra. Solange Bueno, Representante do  
17 Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social (FNU-SUAS); Sra. Tânia  
18 Soares de Souza, Representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado (FONSEAS); Sr. Thiago  
19 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Representante da Federação Brasileira de Associações  
20 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Sr. José Miguel da Costa Júnior, Secretaria  
21 Nacional de Assistência Social – SNAS; Sra. Maria Gonçalves da Conceição, Representante da  
22 Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB; Sra. Keori Afonso de Oliveira; Sra.  
23 Catarina de Santana Silva, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Sra. Jucileide Ferreira  
24 do Nascimento, Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Sr. Eduardo  
25 Dalbosco, Representante da Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica – SISEC; Sr. Marcílio

26 Marquesini Ferrari, Representante Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência e Combate à  
27 Fome; Sra. Amanda Simone Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência  
28 Social, Família e Combate à Fome; Sra. Rafaelly Machado da Silva, Representante do Movimento  
29 Nacional População de Rua (MNPR); Sra. Geovana Pádua Gobbo Marinot, Representante do Fórum  
30 Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Sr. Sr. Alessandro Tiezzi,  
31 Representante da PIA Sociedade de São Paulo; Sr. Elias de Sousa Oliveira, Representante do  
32 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Eutália  
33 Barbosa Rodrigues Naves, Representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; Sr. Clóvis  
34 Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Sra. Andréia  
35 Fernandes Teixeira, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI); Sra. Irene  
36 Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público  
37 Municipal; Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
38 e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **ABERTURA:** O Presidente do CNAS, Sr. Edgilson  
39 Tavares de Araújo, saudou a todos os partícipes e realizou a abertura da reunião. Adiante, foi  
40 concretizada chamada para verificação do *quórum*. Verificada a presença das conselheiras e  
41 conselheiros, partiu-se para a aprovação da ata da 334<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNAS, que foi aprovada  
42 por unanimidade. Posteriormente, foi realizada a leitura da pauta para a referida reunião, o Sr.  
43 Edgilson Tavares de Araújo solicitou a supressão do ponto referente a apresentação do Plano  
44 Nacional de Pena Justa e Seus Desenvolvimentos, pois será tratado pela diretoria durante a reunião  
45 do mês de março. Em seguida, a Sra. Irene Rodrigues da Silva também propôs que seja incluída na  
46 pauta a temática referente a implantação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS.  
47 Não havendo nenhuma objeção por parte dos conselheiros presentes, as solicitações foram acatadas.  
48 Ato contínuo, a Sra. Renata Scudero, Coordenadora da Human Rights Watch no Brasil e o Sr. Carlos  
49 Rios Espinosa, Diretor Associado da Divisão das Pessoas com Deficiência na Human Rights Watch,  
50 realizaram a apresentação da Pesquisa intitulado “Eles ficam até morrer”. Após, a Sra. Márcia de  
51 Carvalho Rocha questionou acerca das instituições mencionadas, solicitando mais detalhes sobre  
52 quais entidades foram visitadas. Destacou a importância de identificar as organizações envolvidas,  
53 pois muitas instituições que atuam com acolhimento de pessoas com deficiência têm regulamentação  
54 e são acompanhadas pelos Conselhos de Assistência Social. Enfatizou a necessidade de ações e  
55 fiscalização imediatas caso haja indícios de violações de direitos. Seguidamente, o Sr. Elias de Sousa  
56 Oliveira abordou sobre a importância histórica do Sistema Único de Assistência Social e das

57 residências inclusivas como uma conquista para o cuidado de pessoas com deficiência. Reforçou que  
58 a metodologia dessas residências não é perfeita, mas tem sido uma importante ferramenta de proteção.  
59 Considerou que a análise da pesquisa apresentada não deveria desconsiderar o contexto da conjuntura  
60 política e os cortes de recursos entre 2017 e 2022, que afetaram diretamente o atendimento às pessoas  
61 com deficiência. Adiante, o Sr. Clóvis Alberto Pereira criticou o uso do termo "depósito de vidas"  
62 para se referir às instituições, destacando que, em muitas dessas entidades, são oferecidos cuidados  
63 importantes para pessoas com deficiência, especialmente nas áreas de habilitação e reabilitação.  
64 Questionou a prevalência das deficiências mencionadas na pesquisa e ressaltou a necessidade de  
65 denúncias claras sobre as violações, caso existam, para que as medidas adequadas sejam tomadas.  
66 Posteriormente, o Sr. Ismael Ultino Tavalone solicitou mais informações sobre os dados apresentados  
67 na pesquisa, enfatizando que a transparência é crucial para garantir que as violações sejam  
68 identificadas e corrigidas. Ressaltou a importância de garantir a participação das pessoas com  
69 deficiência no processo de desinstitucionalização e que as políticas públicas continuem a melhorar.  
70 Em seguida, a Sra. Tânia Soares de Souza expressou desconforto com os resultados da pesquisa,  
71 destacando que as unidades sob sua responsabilidade não estavam representadas. Enfatizou os  
72 serviços realizados em Roraima e mencionou a prática de infanticídio nas comunidades indígenas.  
73 Ato contínuo, a Sra. Emilene Oliveira Araújo destacou que o ponto principal da questão é a proteção  
74 dos usuários. Defendeu a divulgação das entidades e resultados da pesquisa, argumentando que é  
75 imoral não expor as condições em que as pessoas com deficiência estão vivendo. Questionou a ética  
76 da pesquisa, afirmando que o controle social não está funcionando adequadamente. Após, o Sr.  
77 Raimundo Nonato Lopes de Sousa destacou a importância do Benefício de Prestação Continuada e  
78 do modelo biopsicossocial, que considera os aspectos biológicos, psicológicos e sociais das pessoas  
79 com deficiência. Mencionou que a pesquisa pode ajudar a corrigir desvios nas políticas públicas,  
80 especialmente no contexto de um orçamento significativo para o BPC. Seguidamente, o Sr. Regis  
81 Aparecido Andrade Spindola reforçou a necessidade de identificar as instituições mencionadas na  
82 pesquisa, pois essa divulgação é essencial para garantir que as pessoas acolhidas sejam protegidas.  
83 Adiante, o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral questionou a ausência de uma denúncia  
84 formal ao órgão gestor da política pública (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social) ou  
85 ao Conselho Nacional, sobre as questões reveladas pela pesquisa. Posteriormente, o Sr. Edgilson  
86 Tavares de Araújo solicitou esclarecimentos sobre a atuação do Ministério Público e se houve uma  
87 denúncia formal, além de questionar sobre a aplicabilidade da pesquisa na melhoria das políticas

88    públicas e a necessidade de um plano de desinstitucionalização. Em resposta, o Sr. Carlos Rios  
89    Espinosa destacou que o foco da pesquisa foi a institucionalização de pessoas com deficiência e que  
90    a recomendação principal do relatório é a criação de políticas públicas que permitam a  
91    desinstitucionalização dessas pessoas, garantindo serviços comunitários adequados. Ressaltou  
92    também que, apesar da pesquisa não ter divulgado o nome das instituições, houve articulação com o  
93    Ministério Público, que se comprometeu a supervisionar as instituições investigadas. Após, a Sra.  
94    Margareth Alves Dallaruvera realizou a leitura do relatório final do Grupo de Trabalho para debater  
95    procedimentos e produzir subsídios para realização das conferências livres no âmbito da Política da  
96    Assistência Social. Aberto para debate e encaminhamentos, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo  
97    externou preocupação acerca da definição do número de delegados, bem como sobre a possibilidade  
98    de aumentar esse quantitativo para além dos 60 previstos. Enfatizou sobre a falta de orçamento  
99    aprovado e a necessidade de critérios mais justos para a distribuição de delegados entre estados e  
100    municípios. Adiante, o Sr. Elias de Sousa Oliveira inferiu, como encaminhamento, que o principal  
101    ponto de decisão é se as conferências livres terão caráter deliberativo e poderão eleger delegados para  
102    a Conferência Nacional, pois isso impacta diretamente o público envolvido e os critérios de  
103    participação. Posteriormente, a Sra. Irene Rodrigues da Silva enfatizou que a assistência social deve  
104    avaliar sua realidade específica antes de tomar decisões. Defendeu que este é um momento de ampliar  
105    o debate para trazer novas pessoas a participarem da Conferência Nacional. Em seguida, o Sr.  
106    Eduardo Dalbosco informou que o Grupo de Trabalho iniciou os trabalhos com a compreensão de  
107    que haveriam delegados nas conferências livres. Considerou que as conferências livres sejam mais  
108    autônomas, menos atreladas à política oficial, incentivando a participação social. Ato contínuo, a Sra.  
109    Solange Bueno reforçou que a conferência é feita para deliberar e conferir, sendo assim, os delegados  
110    são necessários. Caso não haja essa participação, perde-se seu propósito, sendo reduzida a apenas  
111    debates informais. Após, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha propôs que seja acompanhada a  
112    metodologia de conferências livres, continuando a comissão, porém que seja pausada a definição dos  
113    delegados e que essa pauta seja discutida, de forma mais aberta, com a sociedade civil. Seguidamente,  
114    a Sra. Margareth Alves Dallaruvera sugeriu suspender a pauta e encaminhar a documentação a todos  
115    os conselheiros para que seja estudado e debatido na reunião de março. Adiante, o Sr. Eduardo  
116    Dalbosco reconheceu que há dificuldade, mas reforçou que os municípios apoiam a participação  
117    social na maioria dos casos. Posteriormente, a Sra. Maria Carolina Pereira Alves apresentou o relato  
118    da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. Como

119 encaminhamento, foi proposta a realização de uma primeira live e, a partir disso, construir o roteiro  
120 para as próximas; apreciação da nova versão do folder com os ajustes pertinentes sugeridos pelos  
121 conselheiros. Em seguida, o Sr. Lavito Person Motta Bacarissa, Representante da Comissão Nacional  
122 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria-Geral da Presidência da República  
123 – CNODS/SG-PR, fez a apresentação acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS  
124 e a relação com o SUAS. Ato contínuo, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo reafirmou o compromisso  
125 do CNAS com os ODS, destacando sua relevância para a assistência social. Sugeriu uma maior  
126 correlação entre as ações do Conselho e os ODS, com estratégias de comunicação que associem a  
127 marca SUAS à dos ODS. Após, a Sra. Tânia Soares de Souza reforçou que a Agenda 2030 reflete os  
128 princípios da Constituição brasileira, sendo um instrumento essencial para a proteção social.  
129 Informou sobre a criação da Política Estadual da Igualdade Racial e do Conselho Estadual da  
130 Igualdade Racial em 2022. Expressou entusiasmo pela agenda e reforçou a importância da  
131 capacitação e engajamento dos gestores públicos na implementação dos ODS. Seguidamente, o Sr.  
132 Elias de Sousa Oliveira destacou a importância de integrar o SUAS aos compromissos públicos  
133 mundiais, visando um país e um mundo melhores. Afirmou que a política pública só se concretiza  
134 quando chega à população, principalmente por meio do CRAS e da unidade básica. Reforçou que o  
135 financiamento do governo federal é essencial para que estados e municípios consigam ampliar o  
136 atendimento à população vulnerável. Adiante, a Sra. Aldenora Gomes González destacou que o  
137 desafio é reconstruir as políticas, o que demanda compromisso de todas as esferas de governo. Propôs  
138 maior articulação entre as áreas do governo, sugerindo que os ODS sejam debatidos em diferentes  
139 conselhos. Sugeriu a realização de uma Conferência Nacional Livre, ligando os ODS à Política  
140 Nacional de Assistência Social. Posteriormente, a Sra. Irene Rodrigues da Silva considerou a  
141 importância de dar visibilidade ao Sistema Único de Assistência Social e fazer com que ele seja  
142 conhecido e valorizado pela sociedade. Em seguida, a Sra. Rafaelly Machado da Silva solicitou que  
143 a Casa Civil possa rever o Plano Ruas Visíveis. Ato contínuo, o Sr. Elias de Sousa Oliveira apresentou  
144 o relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. Após, o Sr. Edgilson Tavares de  
145 Araújo enfatizou que seria importante a criação de Grupos de Trabalho para realizar a atualização das  
146 Resoluções de nº 33/2011 e 34/2011; e que sejam revisadas as Notas Técnicas referentes aos temas.  
147 Seguidamente, o Sr. Elias de Sousa Oliveira realizou a leitura da minuta de resolução que caracteriza,  
148 estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para serviços, programas e projetos de assessoramento,  
149 defesa e garantia de direitos, ofertados de forma isolada ou cumulativa no âmbito do Sistema Único

150 de Assistência Social, por entidades e organizações da sociedade civil de assistência social. Adiante,  
151 o Sr. Clóvis Alberto Pereira expressou preocupação com a retirada da primazia da sociedade civil no  
152 texto, argumentando que isso enfraquece as organizações da sociedade civil e retrocede no avanço de  
153 direitos. Propôs recuperar a redação original, destacando que isso fortalece as organizações sem  
154 excluir a possibilidade de atuação pública. Realizada deliberação entre os conselheiros, acatou-se o  
155 seguinte texto: “*a primazia das entidades e organizações da sociedade civil no desenvolvimento de*  
156 *serviços, programas e projetos de assessoramento, defesa e garantia de direito, considerando a*  
157 *autonomia e a liberdade de organização para o fortalecimento da democracia, sem prejuízo dos*  
158 *deveres das unidades públicas estatais no assessoramento, defesa e garantia de direitos*”.  
159 Posteriormente, o Sr. Eduardo Dalbosco sugeriu, como contribuição para o texto, incluir “direito  
160 socioeconômico”. Em seguida, foi proposto o seguinte texto para o capítulo 7: “*Proteção social por*  
161 *meio da intersetorialidade das políticas públicas: direito da(o) cidadã (ão) à melhor qualidade de*  
162 *vida garantida pela articulação intersetorial da política de assistência social com outras políticas*  
163 *públicas para que alcance e garantam direitos à moradia digna, trabalho, profissionalização,*  
164 *cuidados, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, segurança alimentar, segurança pública,*  
165 *preservação do meio ambiente, infraestrutura urbana e rural, crédito e finanças solidárias,*  
166 *documentação civil, desenvolvimento sustentável, acesso a tecnologias acessíveis e assistivas,*  
167 *conectividade cidadã, entre outros direitos sociais*”, sendo aprovado por todos os conselheiros. Ato  
168 contínuo, definiu-se o seguinte texto para a sessão de renda: “*direito de cidadão ou cidadã a renda*  
169 *individual e familiar, assegurado por meio de benefícios ou de programas de transferência de renda*  
170 *e projetos intersetoriais de inclusão socioeconômica, inclusive de economia popular e solidária,*  
171 *economia criativa e economia circular, que assegurem a inserção ou reinserção no mundo do*  
172 *trabalho, nos meios urbano e rural*”. Já para o inciso 6, foi aprovada a seguinte redação: “*A*  
173 *contratação dos profissionais que atuam nos serviços, programas e projetos de assessoramento,*  
174 *defesa e garantia de direitos deve observar as diretrizes trabalhistas, assegurados todos os direitos*  
175 *previstos em lei inclusive a remuneração justa, as recomendações da NOB/RH-SUAS e da OIT sobre*  
176 *trabalho decente*”. Após, os conselheiros aprovaram o seguinte texto para o artigo 17: “*Entidades e*  
177 *organizações da sociedade civil de assistência social que atuem em serviços, programas e projetos*  
178 *de assessoramento, defesa e garantia de direitos, no âmbito do SUAS, que mantenham atividades*  
179 *económicas deverão garantir preponderância de suas atividades finalísticas*”. Seguidamente, o Sr.  
180 Edgilson Tavares de Araújo considerou que é necessário criar uma resolução que possa fortalecer as

181 pequenas entidades. Adiante, a Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves inferiu que o artigo se refere  
182 que a entidade pode ter atividade econômica, mas não pode ser em detrimento da centralidade da  
183 oferta que ela está pronta para fazer. Então, seria interessante utilizar um sinônimo. Posteriormente,  
184 o Sr. Ricardo de Santana Marques considerou aprovar a ideia que foi posta no começo, já que as  
185 entidades concordam que seja incluído um parágrafo único esclarecendo o que é preponderância. Em  
186 seguida, o Sr. Clóvis Alberto Pereira reforçou que é importante considerar essas questões dentro dos  
187 parâmetros éticos, morais, legais e jurídicos para facilitar, e não confundir, pois isso reflete de forma  
188 direta nos atendimentos e no acesso dos usuários. Ato contínuo, foi realizada a inclusão de um inciso  
189 1º, com a seguinte redação: “*Para efeitos desta Resolução, entende-se que a análise da*  
190 *preponderância nas atividades finalísticas da assistência social, a partir da análise dos planos de*  
191 *ação, relatórios de atividades e visitas técnicas pelos CMAS e CAS-DF, considerando o número de*  
192 *beneficiárias(os) e suas aquisições, nos termos do art. 9º e 10º desta Resolução, atividade principal*  
193 *no CNPJ e estatuto social*”. Após, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo propôs, como encaminhamento,  
194 que seja criada uma estratégia de GT para discutir todos os aspectos da preponderância.  
195 Seguidamente, os conselheiros aprovaram a inserção de uma nova redação para o artigo 21: “*As*  
196 *entidades e organizações da sociedade civil de assistência social atuantes no assessoramento, defesa*  
197 *e garantia de direitos, inscritas no CMAS e CAS-DF, que não atendam aos termos dessa Resolução*  
198 *deverão ter sua inscrição mantida até 30 de abril de 2026, apresentando novo plano de ação que*  
199 *atenda a esta Resolução*”; e um parágrafo único – “*O plano de ação e o relatório para o exercício de*  
200 *2025 poderão ser apresentados nos termos da Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011*”.  
201 Em regime de votação, os conselheiros: Aldenora Gomes González, Ana Lúcia Soares, Aparecida  
202 Guerra Vicente, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Eutália Barbosa Rodrigues Naves,  
203 Ismael Ultino Tavalone, Márcia de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Raimundo Nonato  
204 Lopes de Souza, Amanda Simone Silva, Ricardo de Santana Marques, Solange Bueno, Tânia Soares  
205 de Souza, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral e Edgilson Tavares de Araújo manifestaram  
206 voto favorável. E por 16 votos, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Adiante, a Sra. Aldenora  
207 Gomes González realizou a leitura do relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento  
208 da Assistência Social. Posteriormente, passou-se a leitura da Resolução CNAS/MDS que dispõe sobre  
209 a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de  
210 Assistência Social (FNAS), exercício de 2024. Em regime de votação, os conselheiros: Ana Lúcia  
211 Soares, Aparecida Guerra Vicente, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Eutália Barbosa

Rodrigues Naves, Ismael Ultino Tavalone, Margareth Alves Dallaruvera, Raimundo Nonato Lopes de Souza, Ricardo de Santana Marques, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Márcia de Carvalho Rocha, Edgilson Tavares de Araújo, Tânia Soares de Souza, Aldenora Gomes González e Amanda Simone Silva manifestaram voto favorável. E por 16 votos, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Em seguida, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo solicitou, acerca da Resolução da Mesa de Negociação, que nenhuma matéria do conselho e de nenhum segmento, nem mesmo do governo, tramite processos paralelamente, mas que siga corretamente os ritos do CNAS. E como encaminhamento, foi proposto que a Conjur possa encaminhar a documentação para a Comissão de Normas para debate. Ato contínuo, a Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves realizou a leitura do relato da Comissão de Política da Assistência social. Após, fez a leitura da minuta de resolução CNAS MDS que dispõe sobre a instituição da escola do SUAS. Em regime de votação, os conselheiros: Aldenora Gomes González, Ana Lúcia Soares, Aparecida Guerra Vicente, Elias de Souza Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Eutália Barbosa Rodrigues Naves, Ismael Ultino Tavalone, Márcia de Carvalho Rocha, Margareth Alves Dallaruvera, Amanda Simone Silva, Ricardo de Santana Marques, Solange Bueno, Tânia Soares de Souza, Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral e Edgilson Tavares de Araújo manifestaram voto favorável. E por 15 votos, a Resolução foi aprovada a unanimidade. Seguidamente, a Sra. Margareth Alves Dallaruvera proferiu a leitura do relato da reunião da comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Adiante, o Sr. Eduardo Dalbosco proferiu o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos finais, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha, declarou encerrada a 331ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

234

235

236 Edgilson Tavares de Araújo

237 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

238

239 Brasília/DF

240 Fevereiro de 2025